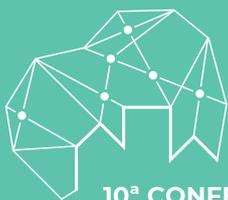


# Os Aalborg Conditions

Libertar todo o potencial dos governos locais na transição democrática para uma Europa com impacto climático neutro, equitativa e resiliente

Shared Governance  
Integrated Finance  
Cohesive Transition



10ª CONFERÊNCIA EUROPEIA PARA  
AS CIDADES E VILAS SUSTENTÁVEIS

AALBORG | DINAMARCA | 1 - 3 OUTUBRO 2024

Os Compromissos de Aalborg, para as Cidades Europeias Sustentáveis, foram desenvolvidos com base num movimento contínuo levado a cabo ao longo dos últimos 30 anos, no âmbito de acordos e políticas globais e europeias. Estes compromissos fundamentam-se em marcos importantes, tais como:

- a **Carta de Aalborg** (1994) que introduziu os processos de consulta local,
- os **Compromissos de Aalborg** (2004) que estabeleceram os alvos locais,
- a **Declaração Basca** (2016) que promoveu uma mudança sistémica, e
- a **Mensagem de Mannheim** (2020) que lançou os Pactos Ecológicos Locais.

Estes refletem e enquadram-se, entre outros, nos marcos estabelecidos na Agenda das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável e os ODS, o Acordo de Paris, o Quadro Mundial de Kunming-Montreal em matéria de biodiversidade, bem como a Carta Nova de Leipzig, o Pacto Ecológico Europeu e maior ênfase na implementação com vista à neutralidade climática e à competitividade na UE.

## A ESPIRAL DA INACÇÃO

Nos últimos anos, a sensibilização pública e o conhecimento sobre as crises ambientais a nível global, nomeadamente as alterações climáticas, a perda de biodiversidade e a degradação dos ecossistemas, têm vindo a aumentar. Embora os avanços até à data tenham sido consideráveis, dados recentes mostram que esses progressos não foram suficientes. Por conseguinte, é urgente intensificar esses esforços. No entanto, a janela de oportunidade para uma atenuação eficaz está a diminuir rapidamente.

A pressão para implementar medidas mais assertivas em prazos mais curtos não só acelera o ritmo da

mudança, mas também exige um aumento imediato dos custos e dos investimentos. Este facto levanta receios de sobrecarga entre diferentes grupos da sociedade e indivíduos.

As reações simplistas e as mensagens que visam apenas dissipar esses receios não resolvem, de forma adequada, os problemas que enfrentamos. Pelo contrário, dificultam a transição coesa e democraticamente organizada das nossas sociedades, inibem a inovação e atrasam ainda mais as mudanças necessárias para superar as crises.

Com efeito, isto pode levar a uma deterioração acelerada dos ecossistemas globais, bem como a uma maior frequência de desastres e impactos indesejáveis. É altamente provável que mais catástrofes e crises inesperadas gerem uma procura ainda maior por respostas rápidas e decisivas a curto prazo, com o risco subjacente de que a gestão da transição seja inadequadamente planeada, injusta, hierárquica e imposta de cima para baixo - precisamente o oposto do que as pessoas necessitam.

## O POTENCIAL DA GOVERNAÇÃO LOCAL

As cidades e as regiões urbanas diferem no seu enquadramento geográfico, estruturas económicas, evolução histórica e composição populacional. Por conseguinte, os potenciais impactos das alterações climáticas, da poluição ou da perda de biodiversidade que enfrentamos também variam consoante o contexto. Portanto, qualquer estratégia europeia ou nacional orientada à transição, seja na vertente da neutralidade climática ou da resiliência, terá de ser sempre implementada a nível local, adaptada às especificidades do lugar. Atualmente, milhares de cidades e governos locais já desenvolveram planos integrados de clima e energia, estratégias de proteção da biodiversidade e da natureza, planos de mobilidade urbana sustentável, Pactos Ecológicos Locais ou Contratos de Cidade Climática em resposta aos seus desafios e alinhados com as metas europeias

e mundiais. Na maioria destes processos, tanto as partes interessadas locais como a sociedade civil participaram ativamente.

Numa época de fluxo permanente de mensagens curtas, informações rápidas e, por vezes, contraditórias, as cidades e os governos locais estão a fornecer uma base sólida para a transição a longo prazo, trabalhando em cocriação com os seus cidadãos e todas as partes interessadas. Como entidades governamentais mais próximas dos cidadãos, cabe-nos apresentar resultados tangíveis de forma transparente e responsável, centrando-nos na execução e com abordagens mais inclusivas que visem encontrar soluções locais para os desafios locais. Neste contexto, os governos locais desempenham um papel fundamental na salvaguarda da democracia em geral e, em particular, na gestão da transição democrática das nossas sociedades. Com maior potencial para transformar as ameaças e os custos identificados, os governos locais podem liderar a construção de uma visão positiva partilhada de uma Europa com impacto neutro no clima, equitativa, competitiva e resiliente.

## CUMPRIMOS O QUE PROMETEMOS.

Nós, cidades e governos locais, já implementámos com sucesso estratégias e projetos ambiciosos e integrados em matéria de clima e sustentabilidade na Europa. Estamos a estabelecer parcerias com as empresas e a sociedade civil para garantir que todas as partes interessadas, a nível local, assumam o papel que lhes compete neste processo de transição. Com a transição em curso em milhares de cidades e vilas europeias, estamos a criar mercados para indústrias limpas e empregos para as pessoas, reforçando assim a resiliência e a competitividade da Europa e dos seus Estados-Membros. Cumprimos o que prometemos e estamos preparados para:

- **Estabelecer uma forte liderança** em todas as nossas autarquias locais e respetivos serviços

públicos, com o objetivo de implementar estratégias e planos de ação ambiciosos e integrados em matéria de clima e sustentabilidade.

- Apoiar as nossas estratégias e planos de ação com os **planos de investimento** adequados.
- Acelerar a transição do conhecimento para a ação, priorizando estratégias e planos relacionados com o clima e a sustentabilidade na **alocação de recursos humanos e financeiros**.
- Planear os nossos investimentos com base em objetivos climáticos e de sustentabilidade tangíveis e mensuráveis, garantindo a **publicação regular dos resultados alcançados**.
- Comunicar e manter-nos em contacto constante com os nossos cidadãos, discutindo e **explicando, de forma clara, os desafios e as melhorias** decorrentes da transição.
- Identificar e apoiar os grupos locais mais vulneráveis face às ações implementadas, assegurando que **compensações adequadas sejam direcionadas àqueles que não conseguem** suportar as contribuições solicitadas.
- Estabelecer uma **colaboração construtiva e permanente com os governos nacionais** com vista a garantir melhores condições legislativas, fiscais e financeiras necessárias à transição.

## MAS, NÃO PODEMOS FAZER O TRABALHO SOZINHOS.

Desafiamos os governos nacionais e as instituições da União Europeia a iniciarem uma colaboração genuína e séria com os governos locais e a criarem as condições de enquadramento que são necessárias para implementar, em conjunto, a transição.

# Compromisso 1: Shared Governance

**Reconhecimento:** as cidades e os governos locais devem estar capacitados para desempenhar o papel fundamental que lhes compete no sistema de governação a vários níveis, de forma a garantir uma transição bem-sucedida e democrática das nossas sociedades nas vertentes neutralidade climática, equidade e resiliência.

**Respeito:** devemos desempenhar um papel ativo em todos os processos legislativos relevantes a todos os níveis, uma vez que as cidades e os governos locais são, no âmbito executivo, responsáveis pela implementação de grande parte da regulamentação e dos objetivos políticos tanto europeus como nacionais. Isso permitirá que a legislação esteja mais alinhada com a implementação desejada.

**Regulamentação flexível:** precisamos de leis e políticas adaptáveis a todos os níveis de governação, capazes de acomodar as soluções inovadoras resultantes das estratégias locais, integradas nas vertentes da neutralidade climática e sustentabilidade

**Diálogo:** o intercâmbio e a colaboração devem ser contínuos em todos os níveis de governação. Para tal, os regulamentos desatualizados devem ser revistos, os obstáculos regulamentares eliminados e criados espaços experimentais essenciais que permitam testar abordagens e soluções inovadoras ou alternativas nas nossas cidades e vilas.

**Objetivos partilhados:** o foco das políticas e das regulamentações nacionais e europeias deve ser mais orientado ao que se pretende alcançar e menos aos pormenores de como exatamente essas metas serão alcançadas.

**Relatórios unificados:** os quadros de comunicação e monitorização, orientados à neutralidade climática, equidade e resiliência, devem ser unificados, rigorosos e suficientemente inteligentes para acompanhar os resultados, mostrar os progressos e diminuir os custos administrativos associados ao fornecimento de dados.

**Novos dados:** neste processo, é imprescindível garantir o acesso a dados relevantes de monitorização e comunicação, fornecidos por várias fontes - incluindo dados de satélite e crowdsourcing. Sempre que possível, utilizar a inteligência artificial.

# Compromisso 2: Integrated Finance

**Confiança:** os mecanismos de financiamento público, a todos os níveis de governação, devem basear-se, de forma confiante, nos conhecimentos e na experiência dos governos locais e os seus parceiros, assim como nas estratégias, planos de ação e soluções desenvolvidas localmente.

**Escala adequada:** os programas de financiamento fragmentado e de pequena escala, atualmente disponíveis para as nossas cidades e administrações locais, devem ser substituídos por um enquadramento de financiamento de grande escala, baseado em planos de ação e planos de investimento interligados. Ao definir claramente as metas de impacto, poderemos reduzir custos, tanto administrativos como das transações.

**Alinhamento vertical e horizontal:** é fundamental coordenar, de forma mais eficaz, os programas de financiamento destinados às cidades e autarquias locais, a todos os níveis de governação, bem como assegurar uma melhor integração dos programas entre os ministérios e os departamentos, em cada nível.

**Horizontes temporais realistas:** para que as cidades e os governos locais possam implementar estratégias e planos de ação de forma fiável e sustentável, o financiamento de curto prazo, baseado em projetos, deve ser substituído por financiamento estratégico de longo prazo, orientado para objetivos.

**Acesso:** as cidades e os governos locais devem ter acesso direto a programas relevantes de financiamento ao investimento, a nível da UE. Uma percentagem considerável dos correspondentes fundos da UE deve ser exclusivamente reservada e diretamente acessível às cidades e aos governos locais, em conformidade com planos de ação e indicadores-chave de desempenho, definidos por estas entidades de forma clara.

**Financiamento misto:** uma regulamentação mais eficaz e um maior apoio ao desenvolvimento de soluções estruturais inovadoras permitirão atrair percentagens mais elevadas de financiamento e investimento privado, orientados à implementação de medidas e projetos destinados a alcançar os objetivos estabelecidos em matéria de clima, equidade e resiliência.

**Desinvestimento:** uma infraestrutura de financiamento, a nível nacional e europeu, necessita ser atualizada e adequada à sua finalidade. Qualquer apoio financeiro relacionado com práticas que comprometam a transição rumo à neutralidade climática, equidade e resiliência deve ser progressivamente eliminado, com vista a reforçar a futura competitividade económica da Europa.

# Compromisso 3: Cohesive Transition

**Sensibilização:** temos de ser conscientes e encarar, coletivamente, o facto de que a rápida transição, orientada a alcançar a neutralidade climática, a equidade e a resiliência, pode implicar desafios culturais e económicos e suscitar desconfianças numa parte considerável da população.

**Transparência:** a comunicação, a todos os níveis de governação, deve ser clara e aberta. É necessário informar sobre os impactos positivos e negativos de cada etapa da transição, não apenas sobre o clima global, mas também os efeitos dessa transição em nosso próprio país, região, cidade e cidadão individual.

**Mensagens atrativas:** a comunicação deve ser consistente e oferecer uma narrativa coerente e positiva sobre a transição, a todos os níveis de governação. Esta narrativa deve destacar os benefícios da modernização dos sistemas sociais fundamentais para todos, tanto para as gerações atuais como futuras, com especial ênfase na saúde humana.

**Capacitação:** é nosso dever garantir que todos os grupos sociais se sintam protagonistas e não meros observadores nesta transição para a neutralidade climática, equidade e resiliência. Isto requer abordagens mais participativas no desenvolvimento e aplicação de estratégias e planos de ação, a todos os níveis de governação, bem como mais oportunidades de diálogo com a sociedade.

**Requalificação:** temos de investir no reforço e na atualização das competências das pessoas que trabalham na indústria, no comércio e na administração pública, para que tenham os conhecimentos e os recursos necessários para conduzir e aplicar eficazmente soluções inovadoras.

**Previsibilidade:** as alterações no domínio fiscal e jurídico, como os impostos sobre a utilização dos recursos ou a eliminação progressiva de tecnologias e práticas insustentáveis, devem ser implementadas de forma gradual e previsível ao longo de um período mais extenso. Isto permitirá aos governos locais, às empresas e aos indivíduos tomar decisões e fazer escolhas informadas, de modo a antecipar a gestão dos riscos associados.

**Avançar juntos:** precisamos de assistência para atenuar os efeitos económicos das iniciativas transformadoras junto de grupos vulneráveis ou marginalizados, incluindo as pessoas afetadas pela pobreza energética ou com dificuldades de acesso a meios de mobilidade, habitação e serviços essenciais. É crucial implementar esse apoio sem acrescentar novas complexidades burocráticas a qualquer nível administrativo.

# Subscrever os Aalborg Conditions

Os Compromissos de Aalborg foram estabelecidos na 10ª Conferência Europeia para Cidades e Vilas Sustentáveis, realizada de 1 a 3 de outubro de 2024, em Aalborg, na Dinamarca, e que celebrou o 30º aniversário da Carta de Aalborg e o 20º aniversário dos Compromissos de Aalborg. A conferência contou com a participação de cerca de 500 pessoas, unidas pelo compromisso com a sustentabilidade urbana.

Estes compromissos são dirigidos aos governos locais da Europa e às instituições da União Europeia.

**Convidamos todas as cidades, assim como os seus cidadãos, a subscrever os Compromissos de Aalborg e a manifestar o seu apoio aqui: [aalborg2024@iclei.org](mailto:aalborg2024@iclei.org)**

Para mais informações, contacte-nos em:  
[conferences.sustainablecities.eu](https://conferences.sustainablecities.eu)

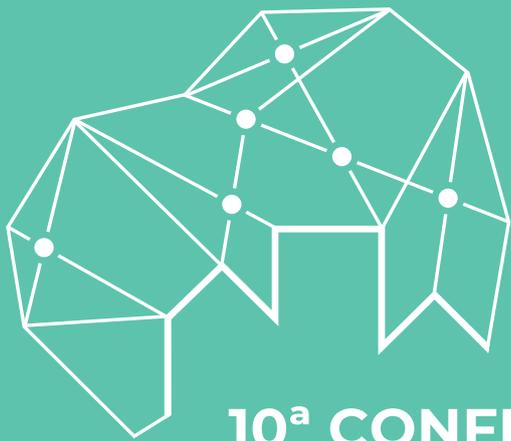


**Aalborg  
Kommune**



**10ª CONFERÊNCIA EUROPEIA PARA  
AS CIDADES E VILAS SUSTENTÁVEIS**

AALBORG | DINAMARCA | 1 - 3 OUTUBRO 2024



# 10ª CONFERÊNCIA EUROPEIA PARA AS CIDADES E VILAS SUSTENTÁVEIS

AALBORG | DINAMARCA | 1 - 3 OUTUBRO 2024